

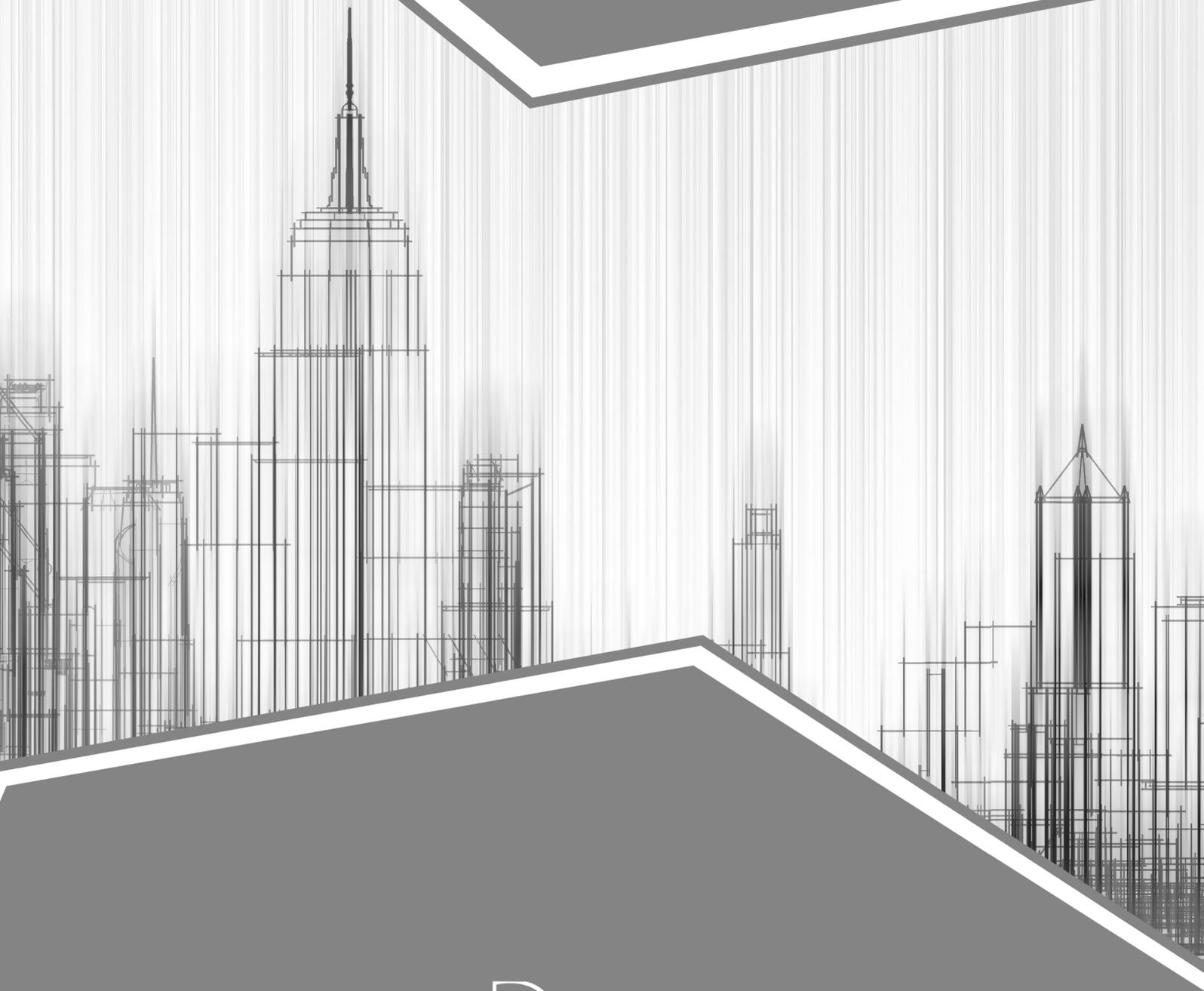
Desafios e Possibilidades do Desenvolvimento Regional e Urbano

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



Desafios e Possibilidades do Desenvolvimento Regional e Urbano

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Lorena Prestes
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D441	<p>Desafios e possibilidades do desenvolvimento regional e urbano [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-7247-768-0 DOI 10.22533/at.ed.680191111</p> <p>1. Capital imobiliário. 2. Planejamento urbano. 3. Desenvolvimento regional. I. Martins Bianca Camargo.</p> <p style="text-align: right;">CDD 330</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Nas últimas décadas, constata-se, principalmente nos centros urbanos – locais onde há maior interesse do capital imobiliário – um grave descompasso entre a formulação e aplicação de leis e instrumentos de planejamento e gestão urbana, e os processos de financiamento e financeirização do espaço urbano, resultando em cidades cada vez mais caóticas e desiguais.

A presente edição do e-book “Desafios e Possibilidades do Desenvolvimento Regional e Urbano” mostra a amplitude e a urgência do debate sobre as dinâmicas urbanas. Ao percorrer diversos temas e abordagens, a Atena Editora consolida um espaço importante de discussão e de fomento a pesquisa que podem contribuir amplamente na construção de um futuro mais justo e democrático.

Desse modo, convido você leitor ao diálogo. Boa leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DOS MUNICÍPIOS ATINGIDOS PELO LAGO DO LAJEADO FORMADO PELA USINA HIDRELÉTRICA LUIZ EDUARDO MAGALHÃES	
Nahara Cavalcante Batista Liza Maria de Andrade Souza Valério Augusto Soares de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.6801911111	
CAPÍTULO 2	13
CAMINHOS PARA A REVITALIZAÇÃO DO RIACHO DO CAVOUÇO, RECIFE-PE	
José Luís Said Cometti Jaime Joaquim da Silva Pereira Cabra Taylse Marielly da Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.6801911112	
CAPÍTULO 3	24
CIDADES CRIATIVAS: PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DE PARINTINS (AM)	
Michele Lins Aracaty e Silva Francisco Alberto Castro dos Santos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.6801911113	
CAPÍTULO 4	42
CIDADES PEQUENAS E AS INTER-RELAÇÕES URBANAS: UMA LEITURA SOCIOESPACIAL DA CIDADE LOCAL DE GLÓRIA DE DOURADOS-MS	
Julio Gonçalves da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6801911114	
CAPÍTULO 5	51
DINÂMICA DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, RMSP: DESENVOLVIMENTO, PROBLEMAS E DIRETRIZES	
Bruno Ribeiro Roberto Righi	
DOI 10.22533/at.ed.6801911115	
CAPÍTULO 6	63
LOGÍSTICA, MANEJO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL NA GRANDE SÃO LUÍS	
André Rodrigues de Freitas Samuel Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.6801911116	
CAPÍTULO 7	68
PROJETO VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS NA COMUNIDADE – VIVERCOM: A TRANSDISCIPLINARIDADE E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AGENTES PROMOTORES DE CIDADANIA	
Rafael Amaral Oliveira Fernanda Guglielmi Faustini Sônego	
DOI 10.22533/at.ed.6801911117	

CAPÍTULO 8	71
VULNERABILIDADE SOCIAL, INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E DE CRIMINALIDADE EM MANAUS-AM	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Kethelen Sthephanie do Santos Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.68019111118	
CAPÍTULO 9	87
RECICLAR E CONSCIENTIZAR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA IMPLANTAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL PARA A DESTINAÇÃO CORRETA DO LIXO MUNICIPAL	
Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior	
Leandra Taynara Ramos	
Rozélia Aparecida de Ramos da Silva	
Tiago Fameli	
DOI 10.22533/at.ed.68019111119	
CAPÍTULO 10	99
AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE TEÓRICO-REFLEXIVA DESSA RELAÇÃO	
Thiago Chagas de Almeida	
Maria Clara de Oliveira Leite	
Eliane França Conti	
DOI 10.22533/at.ed.68019111110	
SOBRE A ORGANIZADORA	112
ÍNDICE REMISSIVO	113

AGRICULTURA FAMILIAR, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE TEÓRICO-REFLEXIVA DESSA RELAÇÃO

Thiago Chagas de Almeida

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória - ES

Maria Clara de Oliveira Leite

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória - ES

Eliane França Conti

Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vitória - ES

RESUMO: Atualmente tem-se discutido diversos caminhos para construção de um mundo mais sustentável. Deste modo, os termos “desenvolvimento sustentável” e “sustentabilidade” estão cada vez mais em alta, além das indicações de ações alinhadas a essa perspectiva, como o fomento à agricultura familiar. Partindo dessa discussão, através de estudos teóricos, este trabalho objetivou analisar a relação entre Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e agricultura familiar, de maneira que se observe os limites e desafios dessa articulação. Para o atingimento desse objetivo, foi feita uma pesquisa bibliográfica e de análise documental, ambas associadas à metodologia qualitativa. Ao longo do trabalho, discorreu-se sobre os conceitos de Sustentabilidade, seja como meta ou resultado, e de Desenvolvimento Sustentável,

entendido como processo para o alcance da Sustentabilidade. Além disso, analisou-se a própria concepção de agricultura familiar, aplicada à realidade brasileira. Considerou-se ao final que, apesar da agricultura familiar ter potencial de ser utilizada no Desenvolvimento Sustentável, há percalços a serem superados para que a Sustentabilidade seja de fato alcançada por meio dessa relação.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar; desenvolvimento sustentável; sustentabilidade; tomada de decisão.

FAMILY AGRICULTURE, SUSTAINABLE DEVELOPMENT AND SUSTAINABILITY: A REFLECTIVE THEORETICAL ANALYSIS OF THIS RELATIONSHIP

ABSTRACT: There are currently several ways to build a more sustainable world. Thus, the terms “sustainable development” and “sustainability” are increasingly on the rise, in addition to indications of actions aligned with this perspective, such as the promotion of family farming. From this discussion, through theoretical studies, this paper aimed to analyze the relationship between sustainability, sustainable development and family farming, in order to observe the limits and challenges of this articulation. To achieve this goal, a

bibliographic research and documentary analysis were conducted, both associated with the qualitative methodology. Throughout the work, the concepts of sustainability were discussed, either as a goal or result, and it was also included the term Sustainable Development, understood as a process for achieving sustainability. In addition, the very concept of family farming, applied to the Brazilian reality, was analyzed. In the end, it can be concluded that although family farming has the potential to be used for sustainable development, there are pitfalls to overcome so that sustainability is actually achieved through this relationship.

KEYWORDS: Family farming; sustainable development; sustainability; decision making.

1 | INTRODUÇÃO

Um dos principais desafios na atualidade é desenvolver mecanismos produtivos com Sustentabilidade. Essa pauta se coloca a partir do momento que se discute cada vez mais – sejam em fóruns internacionais, nacionais ou até locais – questões que giram em torno do uso de recursos de modo sustentável. Um exemplo é a Agenda 2030 da ONU (Organização das Nações Unidas), que apresenta 17 objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. Tal medida tem por pretensão elencar práticas sustentáveis a serem desenvolvidas até 2030 por diversos países e pessoas ao redor do mundo. Nota-se, portanto, que a Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável são temas bem pertinentes e que, com o passar dos anos, foram sendo progressivamente colocados na agenda pelas autoridades.

Os conceitos de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável são amplamente discutidos nos estudos científicos/acadêmicos, tendo diversas abordagens, de acordo com cada autor, assim como há múltiplas indicações de meios para alcança-los. Nesse sentido, a agricultura familiar pode ser entendida como uma prática que se articula ao alcance da Sustentabilidade, visto que contribui para o desenvolvimento social e crescimento equilibrado do país (DAMASCENO; KHAN; LIMA, 2011). Entretanto, partindo dessa perspectiva, faz-se necessário o seguinte questionamento: Como a agricultura familiar pode contribuir para a Sustentabilidade e o que de fato é Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e agricultura familiar? Partindo dessas indagações, o presente artigo objetivou analisar, a partir de estudos teóricos, a relação entre a agricultura familiar, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade. De maneira a observar os limites e desafios da promoção da agricultura familiar como instrumento do Desenvolvimento Sustentável para atingir a Sustentabilidade.

Tal objetivo se justifica pela carência de estudos, observada ao longo da pesquisa, que definam de forma mais objetiva esses conceitos. Além disso, percebeu-se uma lacuna teórica de trabalhos que articulam conceitualmente a agricultura familiar, Desenvolvimento Sustentável e Sustentabilidade. Apesar da agricultura familiar ser

muito indicada como prática para o alcance da Sustentabilidade.

Destarte, esse artigo se desmembrará nas seguintes seções: Metodologia, elencando os materiais e métodos para obtenção dos resultados analisados; Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável, que trará discussões acerca do conceito de cada um desses termos e como eles se manifestam nos estudos acadêmicos; Agricultura Familiar, tratará dos conceitos e discussões do termo, principalmente nas questões que giram em torno da realidade brasileira; Agricultura Familiar como Instrumento do Desenvolvimento Sustentável, que analisará a utilização da agricultura familiar para Desenvolvimento Sustentável, atendo-se aos possíveis impasses dessa relação; e Considerações Finais, com as principais reflexões feitas após essa pesquisa.

2 | METODOLOGIA

Este artigo trata-se de um ensaio teórico, utilizando uma abordagem metodológica qualitativa. Deste modo, para analisar a relação entre Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e agricultura familiar, a partir de estudos teóricos, utilizou-se a pesquisa bibliográfica. De acordo com Eco (2015), fazer uma bibliografia é procurar por aquilo que não se conhece ainda a existência. A pesquisa bibliográfica também proporciona um nova discussão e entendimento do tema proposto (ECO, 2015). Para tanto, foi feito um mapeamento de trabalhos relacionados ao tema em portais de periódicos, como o Periódicos CAPES, Scielo, Scopus, Spell, etc. Além da pesquisa em portais de periódicos, utilizou-se trabalhos já conhecidos pelo autor. Após a seleção dos trabalhos, houve o período de leitura e articulação dos temas analisados. Ressalta-se que, apesar dos conceitos de Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável e agricultura familiar serem universais, buscou-se referências que refletissem melhor a realidade brasileira e suas peculiaridades.

Também utilizou-se o método de análise documental, extraíndo documentos disponíveis em portais públicos, como leis que regulamentam a agricultura familiar nacional, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável da ONU e relatórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Partindo da concepção de análise documental de Coffey (2014), os documentos investigados foram observados tanto pela ótica dos recursos (quando eles são utilizados apenas como repositório de informação, recorrendo-se à definição ou descrição de algo expresso nele), como pela ótica dos artefatos (indo além do que está registrado nele, explorando o seu sentido próprio).

3 | SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável vêm ganhando cada

vez mais destaque nas discussões acadêmicas, porém ainda não se chegou a um consenso em relação à definição desses termos. Cada autor vai buscar trazer uma definição a partir dos seus estudos, além de muitos outros os utilizarem de forma abstrata, sem uma caracterização mais precisa. No senso comum, costuma-se tratar os dois conceitos como sinônimos, mas será que Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável indicam a mesma coisa? Ou seriam bem próximos a ponto de serem complementares, mas não ambíguos? Este trabalho trará algumas perspectivas desses temas e, a partir delas, construirá um eixo teórico para entender e articular isso ao conceito de agricultura familiar.

Iniciando a discussão pelo Desenvolvimento Sustentável, Tayra (2009) traz que, em 1983, foi criada a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, sendo esta instituída pela Assembleia Geral da ONU, presidida pela primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland. A Comissão trouxe pela primeira vez o conceito de “Desenvolvimento Sustentável” através do Relatório Brundtland, publicado em 1987 e intitulado “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum). Apesar de haver tentativas de construção de expressões com sentidos próximos a essa desde a década anterior (TAYRA, 2009). Logo, o Desenvolvimento Sustentável seria “(...) o desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de conhecer suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 43).

A definição de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland, podendo ser tida como a precursora, traz uma ideia bem ampla acerca do tema, o que impulsionou diversos debates para a busca de um conceito mais preciso. Tayra (2009), interpretando o Relatório, mostra que o Desenvolvimento Sustentável não deve ser visto como algo estático, em um estado permanente, mas que se transforma de acordo com as mudanças no acesso aos recursos e conforme a distribuição de ganhos e perdas do desenvolvimento. Já Lélé (1991), ao fazer uma crítica ao *mainstream* do Desenvolvimento Sustentável que se relaciona à definição do Relatório, aponta para a necessidade de tornar os fundamentos conceituais mais precisos. O autor também coloca que, ao mesmo tempo que se deve atentar para uma maior precisão do conceito, é necessário possibilitar uma maior diversidade e flexibilidade nas estratégias para o atingimento dos objetivos do desenvolvimento, atentando-se para a harmonia entre a sociedade e o ambiente.

A busca por estratégias para o alcance de objetivos do Desenvolvimento Sustentável provoca o questionamento do que precisa ser “sustentado”, ou seja, desenvolver-se sustentavelmente. Em que momento, como e por quem deve ser colocado esse juízo de valor do deve ser “sustentado”? Pierantoni (2004) argumenta que o Desenvolvimento Sustentável torna-se um processo de tomada de decisão, em que os tomadores de decisão interpretam e escolhem as metas a serem cumpridas. Assim, complementa a autora, o Desenvolvimento Sustentável não deve ser constituído por bases objetivas, por esse ser impulsionado por decisões políticas.

Deste modo, percebe-se que o Desenvolvimento Sustentável, apesar de ser um conceito amplo, se manifesta pelas singularidades perspectivas.

Em relação à amplitude do Desenvolvimento Sustentável, alguns autores vão colocar que este tipo de desenvolvimento vai muito além da questão ecológica, que muitas das vezes é a mais enfatizada. Bañon Gomis, Guillén Parra, Hoffman e McNulty (2011), por exemplo, vão pontuar que é necessário buscar equilíbrio entre as lógicas social, econômica e ambiental, para que haja um Desenvolvimento Sustentável. Feil e Schreiber (2017), com uma interpretação próxima a esta, vão dizer que o Desenvolvimento Sustentável deve ser pensado como uma estratégia a longo prazo, que integra os domínios econômicos, sociais e ambientais (ecológicos) de forma contínua. Essa estratégia de desenvolvimento passaria a ser usada a partir dos resultados obtidos nas avaliações da Sustentabilidade (FEIL; SCHREIBER, 2017). Observa-se então que, após diversas definições de Desenvolvimento Sustentável, foi possível perceber que há uma certa complementariedade com a Sustentabilidade. Basta agora, aprofundar na discussão do que seria Sustentabilidade.

A Sustentabilidade é outro termo complexo que pode variar seu critério de acordo com quem toma as escolhas do que deve ser “sustentado” ou não, além das suas diversas formas de atingir um único objetivo preterido. Entretanto, buscando uma maior definição para a discussão posterior, a Sustentabilidade pode ser vista tanto como objetivo final de longo prazo, a partir do processo de Desenvolvimento Sustentável (em uma primeira visão teórica), quanto o inverso, em que o Desenvolvimento Sustentável seria o objetivo e a sustentabilidade o processo (em uma segunda visão teórica) (SARTORI; LATRONICO; CAMPOS, 2014). Sartori et al. (2014) também indicam que a Sustentabilidade, assim como o Desenvolvimento Sustentável, leva ao equilíbrio entre os pilares ambiental, social e econômico. Destarte, nota-se que a utilização desses dois termos é cada vez mais confusa e utilizada de maneira ambígua.

Buscando esclarecer o conceito de Sustentabilidade, Feil e Schreiber (2017), vão trazer que este representa uma preocupação com um sistema integrado, avaliando-se as propriedades ambientais, econômicas e sociais. Tal noção não ocorreria de forma estática, mas seria similar a uma fotografia, sendo parâmetro de um determinado momento que se reformula dinamicamente. A avaliação, contudo, seria operacionalizada por meio de indicadores que resulta em informações quantitativas, possibilitando metas a serem cumpridas a longo prazo (FEIL; SCHREIBER, 2017). Essa perspectiva, mesmo deixando uma ideia de Sustentabilidade como indicador, a coloca como meta ou intento final.

Observou-se nessa seção que as duas definições discutidas englobam diversos aspectos. Talvez por isso muitos autores não chegam a estabelecer bases mais precisas desses termos amplos. No entanto, por questões objetivas, optou-se por utilizar a Sustentabilidade como resultado ou meta a ser alcançada e o Desenvolvimento Sustentável como processo para se chegar a esse resultado

dinâmico. Ressalta-se também que ambos os conceitos se associam à harmonia entre as dimensões social, econômica e ambiental, sendo essa associação um “eixo conceitual” entre os termos. Dito isso, esse artigo passa a analisar a agricultura familiar como um instrumento do Desenvolvimento Sustentável para se chegar à Sustentabilidade, identificando os possíveis limites e os desafios entre agricultura familiar e Sustentabilidade. Porém, antes de analisar esses contrapontos, cabe a discussão do que seria agricultura familiar.

4 | AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA

Diferente da Sustentabilidade e do Desenvolvimento Sustentável, o conceito de agricultura familiar segue linhas mais definidas. Segundo o MAPA(2016), na agricultura familiar o trabalhador tem uma relação particular com a terra, estabelecendo um vínculo maior que um mero ambiente de trabalho, sendo também local de moradia e de laços familiares. Além disso, a agricultura familiar se caracteriza por sua produção ser feita em pequenos espaços e de maneira diversificada, comparada ao agronegócio (MAPA, 2016). De maneira geral, é um tipo de cultura agrícola em que há o predomínio da mão de obra da família para o plantio e o cultivo de alimentos agropecuários.

No Brasil, o termo agricultura familiar começou a ser tratado na década de 1990, período em que o país foi marcado por forte pressão dos movimentos sociais agrícolas e agrários, tendo destaque o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa mobilização - que de certa forma também contribuiu para concepção do que viria a ser agricultura familiar - reivindicava soluções para a falta de crédito agrícola, pouca abertura comercial e redução do preço dos principais produtos agrícolas exportados na época (ASSIS; PRIORE; FRANCESCHINI, 2015). Segundo Assis et al. (2015), a agricultura familiar, por um longo período, foi vista como uma mera atividade de subsistência. Contudo, no cenário atual, a agricultura familiar vem mostrando cada vez mais sua importância, sendo a principal fornecedora de produtos básicos para alimentação humana e essencial para a produção do mercado interno de alimentos.

De acordo com o MAPA (2018), a agricultura familiar produz 21% do trigo nacional, 34% do arroz, 38% do café, 46% do milho, 70% do feijão e 87% da mandioca. Além disso, o setor é responsável por 30% do rebanho bovino nacional, 50% aves, 59% dos suínos e 60% da produção de leite (MAPA, 2018). Esses dados, por si só, representam a importância da agricultura familiar para o país. Mas, se observar a agricultura familiar brasileira em um panorama mundial, tem-se a noção de que sua importância vai muito além disso. Como mostra a tabela 1 a seguir, se o Brasil considerasse apenas a agricultura familiar, teria o 8º maior faturamento com produção de alimentos do mundo.

FATURAMENTO ANUAL COM PRODUÇÃO DE ALIMENTOS		
Ranking	Países	Faturamento (US\$)
1º	China	958,2 bi
2º	Índia	353,6 bi
3º	Indonésia	125,4 bi
4º	Nigéria	84,9 bi
5º	Brasil	84,6 bi
6º	Paquistão	64,7 bi
7º	Japão	56,9 bi
8º	Agricultura familiar do Brasil	55,2 bi
9º	Rússia	54,8 bi
10º	Turquia	53,4 bi

Tabela 1: Faturamento anual com produção de alimentos

Fonte: MAPA (2018). Elaborado pelo autor.

A Tabela 1 apresenta o protagonismo da agricultura familiar brasileira, tanto no cenário nacional, como global. Observa-se ainda que o setor representa aproximadamente 65,2% do faturamento com alimentos do Brasil, sendo assim, o maior responsável por essa arrecadação. Portanto, não se deve desprezar a relevância econômica da agricultura familiar brasileira, muito pelo contrário.

Fazendo essa análise de faturamento, é preciso entender o que foi considerado produção agrícola familiar, ou seja, quais especificações são necessárias para que um produtor rural seja considerado agricultor familiar. Objetivando essa e outras aplicações gerais, criou-se, em 24 de julho de 2006, a Lei 11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Essa Lei elenca os seguintes critérios para categorizar um agricultor familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011)

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Ainda de acordo com a respectiva Lei, também podem ser beneficiários dessa política os grupos rurais de: comunidades extrativistas, silvicultores, aquicultores,

quilombolas, indígenas e pescadores artesanais. No sentido de operacionalizar essa Lei, de maneira que faça um registro dos agricultores familiares, criou-se a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP). Segundo o MAPA (2019), a DAP é o instrumento para qualificar e identificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas respectivas formas de organizações como pessoas jurídicas. Para tanto, a partir dos critérios categóricos da Lei, a UFPA considera apenas a DAP principal do estabelecimento rural para efeitos de sua contabilização, ou seja, de um único membro que reside no estabelecimento (MAPA, 2019). Seguindo esses parâmetros, o Censo Agropecuário do IBGE (2006), último a ser concluído, computou 4,3 milhões de estabelecimentos rurais de produção agrícola familiar. Esses estabelecimentos ocupam uma área de 80 milhões de hectares e correspondem a 84,4% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2006).

Durante essa seção observou-se que o campo da agricultura familiar brasileira, em quase três décadas, teve um avanço significativo no que tange sua identidade e relevância. Busca-se adiante entender como esse potencial pode ser explorado e ponderado como ação a ser desenvolvida para o alcance da Sustentabilidade.

5 | AGRICULTURA FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao longo desse artigo buscou-se conceituar a Sustentabilidade e o Desenvolvimento Sustentável para, a partir daí, construir uma articulação coerente com a agricultura familiar. Nessa etapa, por meio dos diversos posicionamentos teóricos, decidiu-se pela ótica da Sustentabilidade como meta indicativa ou objetivo a ser atingido e do Desenvolvimento Sustentável como processo de busca à Sustentabilidade. Dito isso, nessa seção será feita uma reflexão sobre de que forma a agricultura familiar pode ser utilizada como instrumento do Desenvolvimento Sustentável, no sentido de que suas ações sejam fomentadas harmonicamente - pelas dimensões ambiental, social e econômica - e que isso contribua a longo prazo para se atingir a Sustentabilidade, considerando-se o atingimento de indicadores pré-estabelecidos, almejados a partir de um processo de tomada de decisão.

Como destacou Pierantoni (2004), a definição das ações de Desenvolvimento Sustentável acabara por ser uma decisão política, em que os tomadores de decisão colocam o que deve ou não ser sustentável. Considera-se também que essa decisão pode ser motivada por pressões sociais. Deste modo, essa perspectiva faz questionar o porquê da agricultura familiar ser vista como uma ação potencialmente sustentável. Atualmente, a principal referência para a tomada de decisões quanto a questões que giram em torno do Desenvolvimento Sustentável, em nível global, é a Agenda 2030. A Agenda 2030 foi promovida pela ONU entre os dias 25 e 27 de setembro de 2015,

sendo realizada em sua sede em Nova York. Buscando desenvolver os objetivos globais do Desenvolvimento Sustentável até o ciclo de 2030, o evento reuniu os chefes de Estado e de Governo e altos representante (ONU, 2015). A Figura 1, a seguir, apresenta os 17 objetivos definidos nesse evento:



Figura 1: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Agenda 2030

Fonte: ONU (2015).

Observa-se, previamente, a partir da Figura 1, que a agricultura familiar pode ter relação direta ou indireta com vários dos objetivos da Agenda, como a erradicação da pobreza (1), fome zero e agricultura sustentável (2), trabalho decente e crescimento econômico (8), redução das desigualdades (10), etc. Seu grau de influência sobre cada objetivo dependerá de como os esforços do setor estarão direcionados, de maneira que esses se alinhem às características expressas em cada objetivo. Fazendo uma leitura do relatório da ONU (2015), quanto aos aspectos de cada objetivo, identificou-se uma relação direta e explícita com o objetivo 2. Por isso, esse será destacado como a via de inserção da agricultura familiar à Agenda do Desenvolvimento Sustentável.

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola (ONU, 2015).

O item 2.3 do objetivo 2 da Agenda 2030 indica que a agricultura familiar é colocada de fato como pauta sustentável, com vistas a dobrar produtividade e renda dos agricultores até o final do ciclo. Portanto, além de seu fomento poder ser considerado potencial para alcance da Sustentabilidade, ele deve ser considerado

pelos tomadores de decisão. No entanto, apesar do seu potencial e indicação como medida a ser desenvolvida para a Sustentabilidade, será feita uma reflexão sobre até que ponto a agricultura familiar pode se relacionar ao conceito geral de Sustentabilidade. Para isso, será utilizado o conceito desenvolvido por Feil e Schreiber (2017), em que a Sustentabilidade se preocupa com a qualidade de um sistema indissociável entre os elementos ambiental e humano, de maneira com que se avalie as propriedades que abrangem as dimensões sociais, econômicas e ambientais. Complementando esse conceito, será reforçado o posicionamento da Sustentabilidade como resultado ou meta, como mencionado anteriormente.

Por meio dessas diretrizes conceituais, buscar-se-á analisar como a agricultura familiar viria a harmonizar as dimensões sociais, econômicas e ambientais para que haja um sistema integrado indissociável entre o humano e o ambiente. Segundo Lélé (1991), a agricultura é uma das principais atividades com interface ambiente-humano. Por isso, a Sustentabilidade tem focado significativamente nesse setor. Entretanto, a literatura da “agricultura sustentável” é pouco aprofundada, havendo confusão entre termos que não significam a mesma coisa, como agroecologia, agricultura orgânica, etc. (LÉLÉ, 1991).

O autor também coloca que a relação da agricultura com o Desenvolvimento Sustentável deve ir muito além das questões ecológicas que são expostas como o “slogan” principal na articulação entre essas vertentes. Seria necessário se ater e desenvolver complexas condições sociais e econômicas em relação ao desenvolvimento agrícola, como o retorno financeiro e social justo ao agricultor, para satisfazer suas necessidades e as da população. O desenvolvimento agrícola é um campo de estudo ainda mais confuso e menos aprofundado do que a condição ecológica/ambiental (LÉLÉ, 1991). Dessa forma, alguns dos principais desafios para desenvolver a agricultura familiar visando o Sustentabilidade são, construir um campo teórico delimitado, pensar e promover ações que equilibrem as dimensões ambiental, social e econômica

Ao avançar em possibilidades equilibradas para lidar com os desafios da agricultura familiar sustentável, os agricultores esbarram em alguns limites. Dentre eles, os colocados pelas próprias ações públicas. Segundo Capellesso, Cazella e Rover, (2016) as principais políticas públicas agrícolas são associadas a um referencial produtivista, que viria a criar um dualismo tecnológico entre a agricultura convencional (que almeja um progressivo aumento da produção) e da agroecologia (que almeja uma adequação ecológica). Dalmoro, Medeiros, Pauli e Amarante (2017), em uma perspectiva próxima, indicam que as políticas públicas agrícolas hegemônicas são voltadas às lógicas simbólicas do agronegócio e não às da agricultura familiar. Nesse sentido, essas políticas públicas voltadas ao produtivismo, de acordo com Capellesso et al. (2016), induzem à prática produtiva dependente de fatores externos. Tal prática viabiliza o uso de recursos de baixo custo financeiro para ampliação abrupta da produção, o que pode trazer riscos ambientais, como

uma maior vulnerabilidade dos alimentos às pragas e doenças (sem métodos de controle) e escassez hídrica (CAPELLESSO et al., 2016).

Nota-se que as políticas públicas de fomento à agricultura familiar brasileiras, ao focar em práticas distintas à agricultura sustentável ecologicamente, podem impor limites ao desenvolvimento dos agricultores familiares, que muitas vezes se subvertem à lógica de desenvolvimento que são apresentadas a eles, via ação pública. Longe de ser contra o aumento produtivo agrícola, mas sim de que se reproduza uma visão unidimensional de desenvolvimento. Desse modo, é necessário repensar e fortalecer as políticas públicas agrícolas de maneira que se fomentem iniciativas capazes de promover, realmente, o Desenvolvimento Sustentável como processo, integrando as dimensões econômica, social e ambiental.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho apresentou a importância da agricultura familiar brasileira, que perpassa os campos: social, pela sua capacidade de gerar alimento, dignidade e bem estar aos agricultores e demais atores envolvidos (como familiares, fornecedores de insumos, compradores, etc); econômico, por gerar renda aos trabalhadores e movimentar o mercado, tendo a agricultura familiar brasileira o 8º maior faturamento com produção de alimentos do mundo (conforme a Tabela 1); e ambiental, pelo seu método de plantio ser convencionalmente muito menos invasivo ao solo comparado ao agronegócio, visto que utiliza um sistema multicultural de plantio.

Observou-se também, por meio da análise bibliográfica, que estudos teóricos indicam esses campos (social, econômico e ambiental) como “eixo conceitual” entre as definições de Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável. Porém há de se ponderar a necessidade de que esses estudos avancem no sentido de esclarecer melhor tais definições. Ressalta-se que apesar da literatura não estabelecer linhas congruentes acerca desses conceitos, para fins de aplicação, foi feita uma interpretação e delimitação que se voltasse da melhor maneira para o objetivo proposto nesse artigo. Mas, manteve-se um certo cuidado para que não fossem perdidos os elementos essenciais desses conceitos (o “eixo conceitual”).

Por fim, nota-se que a agricultura familiar tem um potencial de Sustentabilidade a ser desenvolvido, sendo amparado e pautado inclusive pelos tomadores de decisão, através da Agenda 2030. No entanto, percebe-se que há alguns percalços, de certa forma até complementares, a serem superados. São exemplos: a limitação das políticas públicas agrícolas predominantes e o desafio de buscar alternativas que, de fato, articulem a agricultura familiar ao Desenvolvimento Sustentável para o então alcance da Sustentabilidade, na sua essência e proposta.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, S. C. R., PRIORE, S. E., FRANCESCHINI, S. C. C. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. **Ciência & Saúde Coletiva**, 22(2), 617-626, 2017.
- BAÑÓN GOMIS, A. J., GUILLÉN PARRA, M., HOFFMAN, W. M., MCNULTY, R. E. Rethinking the Concept of Sustainability. **Business and Society Review**, 116: 171-191, 2011.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2006). **Censo Agropecuário**, 2006.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jul. 2006.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo. **Portal Eletrônico do Governo Federal**, Brasília, DF, 2018.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). **Portal Eletrônico do Governo Federal**, Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O que é a agricultura familiar? **Portal Eletrônico do Governo Federal**, Brasília, DF, 2016.
- CAPELLESSO, A. J., CAZELLA, A. A., ROVER, O. J. Ambiguidade de referenciais tecnológicos da ação pública no meio rural: agricultura familiar e limites à sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Vol. 36. 167-187, 2016.
- COFFEY, A. Analysing documents. In: FLICK, Uwe (Ed.). **The SAGE handbook of qualitative data analysis**. London: SAGE, 367-379, 2014.
- DALMORO, M., MEDEIROS, L., PAULI, J., AMARANTE, M. V. As lógicas dos produtores invisíveis: significados culturais na produção agrícola familiar. REAd. **Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)**, 23(3), 92-115, 2017.
- DAMASCENO, N. P., KHAN, A. S., LIMA, P. V. P. S. O impacto do Pronaf sobre a sustentabilidade da agricultura familiar, geração de emprego e renda no Estado do Ceará. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 49(1), 129-156, 2011.
- ECO, U. **Como se faz uma tese em ciências humanas**. Editorial Presença, 2015.
- FEIL, A. A., SCHREIBER, D. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. **Cadernos EBAPE.BR**, 15(3), 667-681, 2017.
- LÉLÉ, S. M. Sustainable Development: Critical Review. **World Development**, Vol. 19, No. 6, 607-621, 1991.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. LOCAL, 2015.
- PIERANTONI, I. **A Few Remarks on Methodological Aspects Related to Sustainable Development**. In: Measuring Sustainable Development: Integrated Economic, Environmental and Social Frameworks, OECD Publishing, Paris, 2004.
- SARTORI, S., LATRÔNICO, F., CAMPOS L. M. S. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: uma taxonomia no campo da literatura. **Ambiente & Sociedade**, 17(1), 01-22, 2014.

TAYRA, F. **O conceito do Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: USP, 2009.

WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT (WCED). **Our Common Future**. Oxford: **Oxford University Press**, 1987.

SOBRE A ORGANIZADORA

BIANCA CAMARGO MARTINS - Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestre em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Cidades 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 14, 19, 21, 24, 25, 27, 30, 33, 34, 36, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 63, 64, 69, 73, 90

Cidades criativas 24, 25, 33, 34, 36, 38, 39

Cidades pequenas 11, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

CPTM-Companhia Paulista de Trens Metropolitanos 51, 52, 56, 57, 58, 59, 61, 62

D

Diretiva quadro da água 13, 14, 17, 21

E

Economia criativa 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 39, 40, 41

Estação intermodal 51

Eventos culturais 24

F

Formação de lagos artificiais 1

G

Glória de Dourados 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50

I

Impactos de barragens 1

Indicadores de desempenho urbano 1

Interurbano 42

L

Lixo 1, 5, 8, 9, 10, 63, 64, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97

M

Materiais 34, 63, 64, 74, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 101

Materiais recicláveis 87, 89, 90, 91, 93, 94

Metrô 51, 52, 54, 56, 57, 61, 62

Metrópoles 22, 58, 62, 97

P

Parintins (AM) 24, 25, 26, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Planejamento urbano 7, 23, 63, 112

Política pública 19, 63

R

Região metropolitana de são paulo 51, 52, 55, 59, 60, 61

Revitalização de rios urbanos 13, 22, 23

Riacho urbano 13, 15

S

Socioespacial 1, 42, 43, 44, 47, 49, 50

Sustentabilidade 22, 28, 40, 63, 68, 87, 90, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110

T

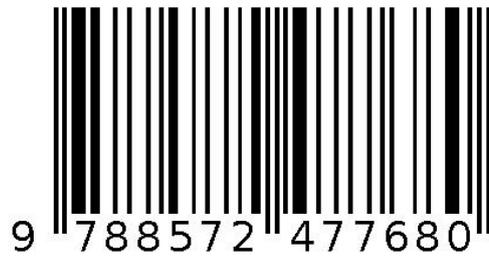
Transformações urbanas 1

Transporte sobre trilhos 51, 52, 53, 56, 59, 60, 61

U

Urbanismo 23, 51, 62, 63, 73, 112

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-768-0



9 788572 477680